

**EDITAL DE JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA GABARITOS**

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o JULGAMENTO dos recursos contra os gabaritos preliminares, das provas aplicadas em 19 de novembro de 2023.

INSC.	CARGO	QUESTÃO	RESULTADO	GABARITO
34	Procurador jurídico	Impugnação ao gabarito da questão 09	<b>INDEFERIDO.</b> Após analisar as razões recursais, decide a banca que não assiste razão ao recurso, desse modo ele está indeferido. Isso se justifica, pois, apesar de a regência do verbo “informar” ser, direta e indireta como em construções do tipo: “O professor informou o aluno do dia da prova.” ou “O professor informou ao aluno o dia da prova.”, em construção oracional, a preposição pode ser omitida em muitos casos. Isso fica comprovado com o que se constata em Fernando Pestana: “2) Segundo alguns estudiosos da língua, como Bechara, Cegalla, Sacconi, Claudio Cesar Henriques, Celso P. Luft, a preposição exigida pelo verbo da principal pode vir elíptica: “Ela não gosta (de) que a chamem de senhora.” / Esqueceu-se (de) que votaria no domingo.” (págs. 686 e 687). Isso fica corroborado no exemplo retirado do Dicionário prático de regência verbal, de Celso Pedro Luft: “Eu a informei (de) que não faltaria.” (pág. 334). Logo, a opção “d) Posso informar os senhores que ninguém, na reunião, ousou aludir a tão delicado assunto.”, como se trata de construção oracional, admite a omissão da preposição “de”. Portanto, a alternativa correta é a letra D. FONTE: PESTANA, Fernando. A gramática para concursos. 3ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da Língua Portuguesa. 2ª ed. ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.	D
21	Procurador jurídico	Impugnação ao gabarito da questão 06	<b>INDEFERIDO.</b> Após analisar as razões recursais, decide a banca que não assiste razão ao recurso, desse modo ele está indeferido. Isso se justifica, pois, na construção da alternativa b: “Se a ciência, como tal, não pode ser <u>ética</u> ou moralmente qualificada, (...)” (3º parágrafo)”, o vocábulo “ética” está em coordenação com o vocábulo “moralmente”, sendo ambos classificados como advérbios, já que a regra gramatical postula que, quando se trata de mais de um advérbio terminado em “-mente”, em sequência enumerativa, só se emprega	D

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			<p>o sufixo no último elemento, como ocorre na passagem em questão. Logo, apenas o termo destacado na opção c: “E nessa questão dos transgênicos, os interesses são inúmeros e altamente <b>comprometedores</b>, (...)” (3º parágrafo).” Assume o papel de adjetivo com valor avaliativo. Portanto, a alternativa correta é a letra D.</p> <p>FONTE: PESTANA, Fernando. A gramática para concursos. 3ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da Língua Portuguesa. 2ª ed. ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.</p>	
21	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 10	<p><b>INDEFERIDO.</b> Após analisar as razões recursais, decide a banca que não assiste razão ao recurso, desse modo ele está indeferido. Isso se justifica, pois o verso “Te esperarei com mafuás novenas cavalcadas comerei terra e direi coisas de uma ternura tão simples”, para se adequar às regras gramaticais referentes à pontuação, em especial ao emprego da vírgula, deve ser reescrita da seguinte forma: “Te esperarei com mafuás, novenas, cavalcadas, comerei terra e direi coisas de uma ternura tão simples”. Assim, são necessárias três vírgulas, já que duas são referentes à regra de enumeração e a terceira, referente à regra de oração coordenada assindética. Portanto, a alternativa correta é a letra C.</p> <p>FONTE: PESTANA, Fernando. A gramática para concursos. 3ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da Língua Portuguesa. 2ª ed. ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.</p>	C
34	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 21	<p><b>INDEFERIDO.</b> Em nenhum momento no comando da questão é afirmado que a diferença deve ser tomada na ordem que a candidata propõe. Para que tal fato fosse verificado, deveria escrever “respectivamente” ou “nessa ordem” na frase. Caberia à candidata julgar a correta ordem, uma vez que é de notório saber que variações são sempre (MÁXIMA - MÍNIMO) / MÍNIMO. Por tanto, não procede o recurso.</p> <p>Resposta: a) <math>=((B3-B2)/B2)*100</math></p> <p>Referências:  <a href="https://pt.wikihow.com/Calcular-a-Varia%C3%A7%C3%A3o-Percentual">https://pt.wikihow.com/Calcular-a-Varia%C3%A7%C3%A3o-Percentual</a>  <a href="https://calculadorajuroscompostos.com.br/como-calcular-a-variacao-percentual-entre-dois-valores/">https://calculadorajuroscompostos.com.br/como-calcular-a-variacao-percentual-entre-dois-valores/</a></p>	A
21	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 22	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato confunde informações auxiliares com o comando da questão. O comando da questão afirma expressamente: “Qual dentre as alternativas, correspondem</p>	A

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			<p>aos atalhos do editor de VBA e execução de macros, respectivamente?” Portanto, está se pedindo duas informações e não três, como afirma o candidato.</p> <p>Resposta: a) Alt + F11 e Alt + F8</p>	
37	<b>Contador</b>	Impugnação ao gabarito da questão 28	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto. A alternativa A da questão descreve corretamente a diferença entre depreciação e amortização na contabilidade pública.</p> <p>A depreciação e a amortização são, de fato, processos de alocação do valor de ativos ao longo de sua vida útil. No entanto, a diferença entre elas está no tipo de ativo que é afetado. A depreciação incide sobre ativos tangíveis, ou seja, aqueles que possuem forma física, como máquinas, equipamentos, veículos, prédios etc. A amortização, por sua vez, incide sobre ativos intangíveis, ou seja, aqueles que não possuem forma física, como patentes, marcas, softwares, direitos de exploração mineral etc.</p> <p>A alternativa A da questão descreve essa diferença corretamente, afirmando que a depreciação se refere à redução do valor de ativos tangíveis, enquanto a amortização é a alocação de custos de ativos intangíveis.</p> <p>O candidato alega que a questão deve ser anulada porque nenhuma das alternativas serve como resposta. No entanto, ele está equivocado. A alternativa A é a única alternativa que descreve corretamente a diferença entre depreciação e amortização na contabilidade pública.</p> <p>As demais alternativas são incorretas por diferentes motivos. A alternativa B afirma que depreciação e amortização são termos intercambiáveis, o que não é verdade. A alternativa C afirma que depreciação e amortização são sinônimas, o que também não é verdade. A alternativa D afirma que a amortização é exclusiva para ativos financeiros, o que também não é verdade. A alternativa E afirma que depreciação e amortização são termos que se referem apenas aos ativos intangíveis, o que também não é verdade.</p> <p>Portanto, o candidato está incorreto em sua alegação de que a questão deve ser anulada. A alternativa A é a única alternativa que serve como resposta correta.</p> <p>Resposta: a) A depreciação refere-se à redução do valor de ativos tangíveis, como estradas</p>	A

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			e prédios públicos, ao longo de sua vida útil, enquanto a amortização é a alocação de custos de ativos intangíveis, como concessões e direitos de exploração mineral.	
21	<b>Contador</b>	Impugnação ao gabarito da questão 29	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato se confundiu em relação ao tema abordado. A questão não trata da hierarquia entre normas, mas sim das características e requisitos para créditos especiais, suplementares e extraordinários de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, que trata da Contabilidade Pública.</p> <p>Vamos analisar as características desses créditos de acordo com a legislação:  <b>Créditos Especiais:</b> São autorizações de despesas não previstas no orçamento. A abertura de créditos especiais depende de autorização legislativa e é realizada por meio de lei específica, não por decreto do Poder Executivo.</p> <p><b>Créditos Suplementares:</b> Destinam-se a reforçar dotações orçamentárias existentes. Eles também requerem autorização legislativa prévia, por meio de lei específica.</p> <p><b>Créditos Extraordinários:</b> Destinam-se a despesas urgentes e imprevisíveis, como em situações de guerra, calamidade pública, entre outros casos de emergência. Podem ser abertos por medida provisória (iniciativa do Poder Executivo) e posteriormente devem ser submetidos à apreciação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.</p> <p>Portanto, a questão busca identificar qual enunciado está de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320/1964 sobre esses tipos de créditos.</p> <p>O argumento do candidato sobre hierarquia entre normas está fora de contexto para a questão apresentada. Não se trata de hierarquia entre leis complementares e outras normas, mas sim das características específicas dos créditos mencionados na legislação de contabilidade pública.</p> <p>Desse modo, o argumento do candidato não aborda diretamente os requisitos e características dos créditos especiais, suplementares e extraordinários conforme estabelecidos na Lei n.º 4.320/1964. A questão não trata da hierarquia entre leis ou espécies normativas, mas sim das particularidades e procedimentos para abertura desses créditos.</p> <p>Resposta: d) A abertura de créditos especiais depende sempre de prévia autorização legislativa e é realizada por meio de lei.</p>	D

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

37	<b>Contador</b>	Impugnação ao gabarito da questão 32	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto em sua argumentação. A aquisição de um ativo aumenta o patrimônio da empresa, pois representa um aumento dos bens e direitos da empresa. No caso, a empresa ABC adquiriu um equipamento no valor de R\$ 20.000,00, o que representa um aumento do seu ativo imobilizado.</p> <p>A forma de pagamento da aquisição não afeta a situação patrimonial da empresa, pois o ativo adquirido já está contabilizado no valor total. No caso, a empresa ABC pagou metade à vista, o que representa um aumento do seu ativo circulante, e se comprometeu a quitar o restante em três parcelas mensais, o que representa uma obrigação futura.</p> <p>A contabilização dessa transação envolve as seguintes contas:</p> <p>Ativo: Equipamento Passivo: Fornecedores Patrimônio Líquido: Capital Social</p> <p>Na data da aquisição, a empresa registra o equipamento no ativo pelo valor de R\$ 20.000,00. Para isso, debita a conta "Equipamento" e credita a conta "Capital Social".</p> <p>O pagamento à vista é contabilizado como uma despesa financeira. Para isso, debita-se a conta "Fornecedores" e credita-se a conta "Caixa".</p> <p>O compromisso de pagamento das parcelas mensais é contabilizado como uma obrigação futura. Para isso, debita-se a conta "Fornecedores" e credita-se a conta "Passivo a Curto Prazo".</p> <p>Após a contabilização completa da transação, o patrimônio da empresa encontra-se da seguinte forma:</p> <p>Ativo: Circulante: Caixa: R\$ 10.000,00 Não Circulante: Equipamento: R\$ 20.000,00 Passivo: Circulante:</p>	D
----	-----------------	--------------------------------------	--	---

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			<p>Fornecedores: R\$ 10.000,00          Não Circulante:          Passivo a Curto Prazo: R\$ 10.000,00          Patrimônio Líquido:          Capital Social: R\$ 20.000,00</p> <p>Como se pode ver, a transação descrita na questão não envolve apenas permutas entre contas do ativo e do passivo. Há também uma alteração no patrimônio líquido da empresa, representada pelo aumento do valor do capital social em R\$ 20.000,00.</p> <p>Portanto, a alternativa correta para a questão é a (d) O ativo aumenta, e a demonstração das variações patrimoniais registra uma variação positiva.</p> <p>O argumento do candidato é incorreto porque ele se baseia na premissa de que a transação descrita na questão envolve apenas permutas entre contas do ativo e do passivo. No entanto, como demonstrado acima, essa premissa é falsa.</p> <p>Resposta: (d) O ativo aumenta, e a demonstração das variações patrimoniais registra uma variação positiva.</p>	
72	CONTADOR	Impugnação ao gabarito da questão 33	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto em sua argumentação. Confunde o termo fonte tributária com o termo “fonte de recurso”, que não são a mesma coisa.</p> <p>A questão está correta ao afirmar que as transferências voluntárias não são consideradas uma fonte tributária.</p> <p>A Lei 5.172 de 1966, que instituiu o Código Tributário Nacional (CTN), define tributo como "toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".</p> <p>As transferências voluntárias, por outro lado, não se enquadram nessa definição. Elas são receitas públicas facultativas, em que o ente federado recebe recursos de outro ente federado sem a imposição de uma obrigação legal.</p> <p>Portanto, as transferências voluntárias não são consideradas uma fonte tributária, pois não se enquadram na definição de tributo.</p>	D

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			<p>O argumento do candidato é incorreto porque ele se baseia na premissa de que as transferências voluntárias são equivalentes a tributos. No entanto, como demonstrado acima, essa premissa é falsa.</p> <p>Ainda que as transferências voluntárias sejam uma importante fonte de recursos para alguns entes federados, isso não as torna uma fonte tributária.</p> <p>A seguir, são apresentados alguns dispositivos legais que invalidam a argumentação do candidato:</p> <p>Código Tributário Nacional (CTN) Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.</p> <p>Resposta: d) Transferências voluntárias</p>	
23	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 26	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto em sua argumentação. <b>Alternativa B (Correta): O Estado de Direito é caracterizado pela submissão de todas as instituições, incluindo o governo, aos princípios e normas jurídicas estabelecidas, SENDO A divisão dos poderes e o respeito às leis eles fundamentais para assegurar que o Estado atue dentro dos limites legais, garantindo a proteção dos direitos individuais e coletivos.</b></p> <p>Alternativa A (Incorreta): A representação política proporcional é uma característica associada mais diretamente aos sistemas eleitorais do que à natureza do Estado de Direito.</p> <p>Alternativa C (Incorreta): A eleição do chefe de Estado por voto popular refere-se mais à democracia do que ao Estado de Direito, embora esses princípios muitas vezes coexistam.</p> <p>Alternativa D (Incorreta): A descentralização administrativa é uma característica associada à organização federativa, não sendo exclusiva do Estado de Direito.</p>	B

**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			<p>Alternativa E (Incorreta): A participação direta do povo na tomada de decisões é mais característica de uma democracia direta do que do conceito mais amplo de Estado de Direito.</p>	
21	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 29	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto em sua argumentação. <b>Alternativa D (Correta): A Lei Complementar é uma espécie normativa que possui natureza jurídica mais específica, sendo utilizada para tratar de matérias específicas previstas na Constituição Federal. Deve ser compatível com normas de hierarquia superior, mas sua aprovação requer uma maioria qualificada.</b></p> <p>Alternativa A (Incorreta): A Medida Provisória é uma espécie normativa com menor estabilidade e é utilizada em casos de relevância e urgência, sendo passível de posterior aprovação ou rejeição pelo Congresso Nacional.</p> <p>Alternativa B (Incorreta): A Emenda Constitucional é utilizada para alterar a Constituição Federal e, por sua importância, possui um processo de aprovação mais rigoroso.</p> <p>Alternativa C (Incorreta): O Decreto Legislativo é utilizado pelo Congresso Nacional para tratar de assuntos de sua exclusiva competência, como a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.</p> <p>Alternativa E (Incorreta): A Resolução é uma norma jurídica utilizada pelo Poder Legislativo para disciplinar matérias de sua competência interna, não possuindo a mesma abrangência e generalidade da Lei Complementar.</p>	D
10	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 34	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto em sua argumentação. <b>Alternativa C (Correta): A revogação e a anulação são modalidades de extinção do ato administrativo, mas se diferenciam quanto ao momento em que ocorrem. A revogação é possível antes de iniciada a execução do ato, enquanto a anulação pode ocorrer mesmo após a execução, quando se constata a ilegalidade.</b></p> <p>Alternativa A (Incorreta): A revogação não ocorre apenas por ilegalidade, mas também por motivo de conveniência e oportunidade. Já a anulação é a modalidade que trata da ilegalidade do ato.</p>	C



**EDITAL DE JULGAMENTO - CONCURSO PÚBLICO**  
**Nº 001/2023 – PMSJRP/PB**

			<p>Alternativa B (Incorreta): O motivo que fundamenta a revogação é a conveniência e oportunidade, enquanto a anulação está relacionada à ilegalidade.</p> <p>Alternativa D (Incorreta): Revogação e anulação não são sinônimos e têm fundamentos distintos. A revogação está relacionada à conveniência e oportunidade, enquanto a anulação trata da ilegalidade.</p> <p>Alternativa E (Incorreta): Embora ambas estejam relacionadas à discricionariedade administrativa, a revogação tem como fundamento a conveniência e oportunidade, enquanto a anulação está vinculada à ilegalidade.</p>	
10	<b>Procurador Jurídico</b>	Impugnação ao gabarito da questão 34	<p><b>INDEFERIDO.</b> O candidato está incorreto em sua argumentação. <b>Alternativa C (Correta): A suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela são medidas judiciais que visam sustar os efeitos de decisões judiciais que possam causar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Essas medidas são utilizadas em casos excepcionais para preservar interesses relevantes da sociedade.</b></p> <p>Alternativa A (Incorreta): A concessão de decisão antecipada para resguardar os direitos do autor antes da citação do réu refere-se à antecipação de tutela, não à suspensão.</p> <p>Alternativa B (Incorreta): A suspensão de liminar e de antecipação de tutela não visa revogar liminares e tutelas antecipadas já concedidas, mas sim suspender temporariamente seus efeitos em situações específicas.</p> <p>Alternativa D (Incorreta): Suspender temporariamente o curso do processo para coleta de novas provas é uma característica da suspensão do processo, não da suspensão de segurança, de liminar ou de antecipação de tutela.</p> <p>Alternativa E (Incorreta): Garantir a efetividade das decisões judiciais e impedir questionamentos por outros órgãos jurisdicionais são objetivos gerais do sistema judiciário, mas não especificamente das medidas de suspensão mencionadas na questão.</p>	C

SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB, 25 de novembro de 2023.

À Comissão.